

**DANOS MORAIS.** Alvo de ação desastrosa da polícia, sociólogo cobra indenização do Estado

## “Eles não precisavam me humilhar”

Sob mira de arma, Carlos Martins foi algemado e teve sua casa revirada

LELO MACENA  
REPÓRTER

O telefone do sociólogo Carlos Martins tocou na tarde da última quarta-feira (15). Ele atendeu com a mesma tranquilidade que recebeu as ligações de solidariedade e as solicitações de entrevistas. Uma voz feminina anunciou. “Um momento só, que o governador Teotonio Vilela vai falar com você”. “Pois não”, respondeu surpreso Carlos. “Alô, Carlos Martins, é o governador Teotonio Vilela, eu quero em nome do Estado me desculpar pelo erro cometido pela polícia contra você”.

Embora tenha demonstrado humildade e sensibilidade em sua atitude, o pedido de desculpas do governador Teotonio Vilela só confirmou o desastre da ação policial que, cinco dias antes, na tarde da sexta-feira, dia 10, confundiu o sociólogo Carlos Martins, fundador do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas (NEVIAL) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com um assaltante de banco.

A residência dele foi in-

vadida de forma equivocada por policiais da Divisão Especial de Investigação e Captura (Deic) da Polícia Civil, por alguns dos agentes que eram comandados há pouco tempo pelo agora delegado-geral da Polícia Civil, Paulo Cerqueira, que está sendo acusado de crime de tortura praticado no interior da sede da Deic.

Sob a mira de armamento pesado, Carlos Martins foi algemado e teve a casa toda revirada. Atordoado, trêmulo, sem saber do que se tratava, o sociólogo foi submetido a interrogatório sobre questões que não sabia responder. Foi impedido de se comunicar e ainda teve que ouvir de um policial da Deic que ali, na sua residência, comia-se “comida de bandido”.

“Eles vasculharam até o nosso lixo, onde encontraram uma embalagem de lasanha. Para o policial, aquela era comida de bandido”, conta o sociólogo Carlos Martins, cujo martírio nas mãos dos policiais durou quase uma hora, até que os “homens da lei” descobrissem que estavam cometendo enorme erro.

Talvez os flashes do drama que viveu tenham passado na cabeça do sociólogo nos minutos em que transcorreu o pedido de desculpas do governador, ao celular. “Foi impor-



**CARLOS MARTINS**  
SOCIÓLOGO

“Eles vasculharam até o nosso lixo, onde encontraram uma embalagem de lasanha. Para o policial, aquela era comida de bandido”

“Foi importante o pedido de desculpas do governador. Eu esperava que não fosse direcionado a mim, mas em nome daqueles que passaram pela mesma situação, em nome daqueles que têm suas casas invadidas, que sofrem ameaças. Em nome desses é que ele teria que pedir desculpas”

“Quero saber qual o critério usado por eles para escolher a minha casa para invadir”

## Sociólogo questiona critério usado para invadirem sua casa

Natural de Ilhéus, na Bahia, residente em Maceió há mais de 20 anos, militante da causa negra, Carlos Martins formou-se em sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). É um dos fundadores do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas (NEVIAL), que tem à frente as professoras Ruth Vasconcelos e Elaine Pimentel, duas das principais pesquisadoras sobre o tema no Brasil.

Aluno do mestrado de Sociologia, onde, por uma infeliz coincidência, pesquisa sobre a ação policial, Carlos Martins jamais imaginou que viveria uma experiência que nenhum livro de sociologia pesquisado por ele foi capaz de descrever.

Na sexta-feira, dia 10, às 14h, ele se preparava para ir à Ufal, onde participaria de um evento no qual proferiria uma palestra. O barulho do helicóptero sobrevoando sua casa e a movimentação no portão da frente indicavam que algo estava acontecendo. Saiu e caminhou até o portão. Percebeu que, por cima, um braço já tentava abrir o ferrolho trancado com cadeado. “É a polícia!”, ouviu. Pensou em voltar para pegar a chave, mas foi advertido.

“Não volta! Fica aonde está, deita no chão!”. Enquanto obedecia e deitava de bruços, o portão da sua residência era arrombado.

“Do que se trata? Deve estar acontecendo algum engano”, tentava argumentar em vão. Encapuzados, os policiais procuravam os assaltantes que instantes atrás roubaram a agência do Banco Santander, na Faculdade Integrada Tiradentes (FITs), em Cruz das Almas. Rastreamos o sinal de um celular levado pelo bando. Carregavam um mandado de busca e apreensão cujo endereço não batia com a casa invadida.

Carlos Martins foi colocado em cadeira, de frente para uma parede e era alertado o tempo todo para que não olhasse para trás. Insistia: “Sou sociólogo, estudo vocês. Por favor, retirem as algemas de mim, não represento ameaça para vocês”. Em vão.



**Coincidência**  
Estudioso da polícia, Carlos Martins viveu experiência que nenhum livro de Sociologia explica

Pediu para telefonar para a esposa, queria avisá-la. “Você não vai falar com ninguém”, ouviu de um policial. Percebeu que, logo atrás dele, montavam algum tipo de equipamento. Desesperou-se, achou que seria torturado. Chorou, implorou.

Quase uma hora depois de vasculhar a casa e não encontrar nada, os policiais foram percebendo que cometeram um erro. Decidiram ir embora. Antes, porém, queriam que Carlos Martins assinasse o mandado de busca e apreensão. “Não assinei. Mostrei que eles estavam equivocados. Fui buscar uma conta da Eletrobras e mostrei que o meu endereço era diferente do que constava no mandado”, contou Carlos Martins, que ainda foi levado para a sede da Deic, de onde só foi liberado perto das 20h. “Mesmo equivocados, para cumprir o mandado de busca e apreensão, os policiais não precisavam me algemar e me fazer passar por toda aquela humilhação diante dos vizinhos”, argumenta o sociólogo, que ainda busca respostas: “Quero saber qual o critério usado por eles para escolher a minha casa para invadir. A polícia tem que responder”. **LM**



Confundido com assaltante de banco, Carlos Martins foi submetido a interrogatório sobre questões que não sabia responder

tante o pedido de desculpas do governador. Eu esperava que não fosse direcionado a mim, mas em nome daqueles que passaram pela mesma situação, em nome daqueles que têm suas casas invadidas, que sofrem ameaças. Em nome desses é que ele teria que pedir desculpas”, disse Carlos Martins, que, mesmo diante da retratação, vai entrar com uma ação indenizatória contra o Estado.

Ainda ao telefone, o governador Teotonio Vilela, pediu para que Carlos Martins não descreditasse na polícia.

De acordo com o soció-

logo, o governador Teotonio Vilela argumentou que erros acontecem não só na atividade policial, mas em várias outras atividades. “Até a polícia de Londres errou ao assassinar o brasileiro”, disse ao se referir a Jean Charles de Menezes, que ficou conhecido após ser morto por engano, pela SO19, a unidade armada da Scotland Yard, a polícia inglesa, em Londres, no dia 22 de julho de 2005, dentro do metrô de Londres. Os policiais supostamente o confundiram com Hamdi Adus Isaac (ou “Hussain Osman”) suspeito de tentar fazer um fracassado atentado a

bomba no metrô, na véspera (Wikipédia). “É como se dissesse: ‘se até a polícia inglesa mata por engano, por que a polícia alagoana não pode errar? Eu disse para o governador que nós precisamos rediscutir o modelo de segurança pública no Estado”, diz Carlos Martins.

Ações truculentas e desastrosas da polícia que têm como vítimas cidadãos de bem não é novidade em Alagoas. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/AL) denunciou quase que diariamente desastrosos praticados por policiais civis e militares.

## Estudioso critica o uso da violência policial

No mesmo dia em que o governador Teotonio Vilela pediu desculpas a Carlos Martins, o delegado-geral Paulo Cerqueira, determinou abertura de procedimento administrativo para apurar o caso. Mas o sociólogo não quer que os policiais sejam punidos.

“O problema não vai se resolver com punição dos policiais. A discussão é mais ampla”, diz Carlos Martins, que se coloca à disposição do Estado para contribuir na luta contra a violência em Alagoas.

“A população precisa ver na polícia uma instituição amiga. Quando passar uma viatura da polícia, o cidadão tem que se sentir confortado, e não sentir medo da representação do Estado”, afirma.

Estudioso e crítico do que ele chama de “braço repressor do Estado”, Carlos Martins sugere o que seria a polícia ideal para garantir a segurança dos cidadãos.

“O tipo ideal de polícia passa pelos próprios manuais que regulamentam, que orientam a ação policial. Dentro dessa questão existem dois conceitos, que é o conceito de força e o conceito de vio-



Delegado Paulo Cerqueira determinou a apuração de caso

lência. Eu digo a você que a polícia precisa usar a força. Mas não pode usar a violência”. Carlos Martins segue explicando.

“Quando a polícia precisar da força, ela vai respeitar três princípios fundamentais: proporcionalidade, necessidade e legalidade. A voz do policial é força, mandar encostar na parede para revistar é força. Quando um cidadão abordado atende todos os comandos da polícia, não há necessidade de prender e bater no cidadão. Isso é o uso da vio-

olência”, diz o sociólogo. Para ele, a polícia ideal será aquela que, durante uma abordagem, obedecer aos princípios por ele citados.

“A pergunta é: Os nossos policiais sabem qual é a diferença entre força e violência? Ou será que eles acham que, quando empurram um cidadão na parede e batem nesse cidadão, estão usando a força? Se isso não estiver bem definido na cabeça do policial, ele vai produzir violência”, sentencia Carlos Martins. **LM**